

NARRATIVAS SOBRE O “CRIADOR”: PRÁTICAS E PRODUÇÕES DO ESPAÇO EM COMUNIDADES RURAIS DE IRATI, PARANÁ

Helio Sochodolak
Regiane Maneira

Resumo: O objetivo é abordar historicamente as atividades inventivas e produtivas do espaço de sujeitos em três comunidades da área rural de Irati. Nesses locais, há a predominância numérica de descendentes de italianos, cujas narrativas minimizam a participação histórica de outros grupos como os “caboclos”. As localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos localizam-se a aproximadamente 25 km do centro da cidade sendo que a maioria de seus moradores tem como atividade econômica principal a agricultura, destacando-se, atualmente, o cultivo de fumo, feijão, milho e soja. Característica peculiar, é que essas três localidades, juntas, formavam um único espaço para a criação de animais, o que permaneceu até 2003, quando moradores da localidade do Rio do Couro se reuniram no pavilhão da Igreja São Sebastião e decidiram pelo término do criadouro. Fica evidente para nós que é necessário pensar as comunidades rurais, principalmente as que se organizavam enquanto faxinais, como um espaço dinâmico e em constante mutação, com atividade intensa de produção e consumo do espaço.

Palavras-chave: Faxinais, grupos identitários, Irati, Paraná.

Narrative about the “breeder”: practices and production of the space in rural communities of Irati, Paraná

Abstract: The objective is to historically address the inventive and productive activities of the subject space in three communities in the Irati rural area. In these places, there is the numerical predominance of descendants of Italians, whose narratives minimize the historical participation of other groups as the “caboclos”. The locations of Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro and Faxinal dos Mellos are located approximately 25 km from the center of the city, with the majority of its inhabitants having agriculture as their main economic activity, beans, corn and soy. A peculiar characteristic is that these three localities, together, formed a single space for animal husbandry, which remained until 2003, when residents of the town of Rio do Couro gathered in the pavilion of the São Sebastião Church and decided to end the breeding place. It is evident to us that it is necessary to think of the rural communities, especially those that were organized as faxinals, as a dynamic and constantly changing space, with intense activity of production and consumption of space.

Keywords: Faxinais, identity groups, Irati, Paraná.

Narrativas sobre el “criadero”: prácticas y producciones del espacio en comunidades rurales de Irati, Paraná

Resumen: El objetivo es abordar históricamente las actividades inventivas y productivas del espacio de sujetos en tres comunidades del área rural de Irati. En esos lugares, hay la predominancia numérica de descendientes de italianos, cuyas narrativas minimizan la participación histórica de otros grupos como los “caboclos”. Las localidades de Rio do Couro, Faxinal del Río del Cuero y Faxinal de los Mellos se ubican a aproximadamente 25 km del centro de la ciudad y la mayoría de sus habitantes tienen como actividad económica principal la agricultura, destacándose el cultivo de humo, frijoles, maíz y soja. La característica peculiar, es que estas tres localidades, juntas, formaban un único espacio para la cría de animales, lo que permaneció hasta 2003, cuando moradores de la localidad del Río del Cuero se reunieron en el pabellón de la Iglesia San Sebastián y decidieron por el término del criadero. Es evidente para nosotros que es necesario pensar las comunidades rurales, principalmente las que se organizaban como faxinales, como un espacio dinámico y en constante mutación, con actividad intensa de producción y consumo del espacio.

Palabras clave: Faxinales, grupos identitarios, Irati, Paraná.

Irati, localizada na região centro-sul do Estado do Paraná, tem sua história relativamente recente, a partir de fins do século XIX, marcada pela presença de imigrantes de nacionalidades diversas, como a alemã, polonesa, ucraniana, holandesa, italiana, entre outras. Muitos desses imigrantes e também seus descendentes, alojaram-se em áreas rurais do Município nas primeiras décadas do século XX, como foi o caso dos holandeses e italianos, e ali iniciaram suas atividades,

principalmente de criação de animais e agricultura. Além e antes dos grupos de descendentes de imigrantes, haviam pessoas que não pertenciam a esses grupos e foram denominadas "caboclas". Todavia, as narrativas históricas sobre a região, ao enaltecerem e destacarem a figura do imigrante de origem europeia, acabam por "silenciar" ou mesmo desconsiderar a participação dos "caboclos" na história e na produção ou consumo dos espaços.

Até o último quartel do século XX, grande parte das comunidades rurais, organizava-se a partir de áreas comunais para a criação de animais, delimitadas por uma cerca construída coletivamente, espaço que era chamado de criadouro comunitário ou "criador". Fora desse espaço da criação, externa às cercas, se praticava a agricultura, principalmente voltada para a própria subsistência das famílias. Esse sistema de criação coletiva de animais em área comum foi denominado, por alguns estudiosos, de faxinal onde o uso da terra é dividido em terras de criar e terras de plantar (CHANG, 1988; TAVARES, 2008; NERONE, 2000).

Nesse contexto, pensamos as comunidades rurais, principalmente as que se organizavam enquanto faxinais, como um espaço dinâmico e em constante mutação, com atividade intensa de produção e consumo do espaço (CERTEAU, 1994, p. 201). Entretanto, longe de determinismos e universalismos, defendemos que cada comunidade rural, cada faxinal, deve ser pensada como algo única, pois tiveram uma formação histórica, social e cultural diferenciadas. Essas especificidades não devem ser negligenciadas pelo pesquisador. Assim, preferimos utilizar a expressão culturas faxinalenses (no sentido plural). Dito isto, nosso objetivo aqui é abordar historicamente as atividades inventivas e produtivas do espaço de sujeitos em três comunidades da área rural de Irati, cuja predominância numérica atual entre os moradores é a de descendência italiana.

As localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos localizam-se a aproximadamente 25 km do centro da cidade sendo que a maioria de seus moradores tem como atividade econômica principal a agricultura, destacando-se, atualmente, o cultivo de fumo, feijão, milho e soja.

O cultivo desses produtos, especialmente fumo e soja, aparece em um momento de enfraquecimento das relações culturais tradicionais e fortalecimento das práticas capitalistas de produção, baseadas na monocultura. Até a década de 1970, a prática da policultura centrava-se em produtos para o consumo familiar, como trigo, batata inglesa, centeio, arroz e feijão, além da criação de suínos, caprinos, equinos bovinos e aves domésticas, entre outros. O criador comunitário permitia ainda, a extração do pinhão e da erva-mate.

A criação de animais era plenamente compatível com a extração da erva-mate, planta que fazia parte da mata nativa da região. Segundo Nerone (2000, p. 83), a erva-mate foi um dos pilares da economia faxinalense, pois se articulava com a produção agrícola e animal no espaço do criador. Sobre esse assunto, Josefa Longato afirmou que:

Lutavam bastante com erva, tinha barbaquá grande, tinha a moenda para lidar com a erva e daí tinha 30 alqueires de faxinal aqui [...] onde tinha erval grande era tirado, porque antigamente tinha erva, meu Deus do céu, aqui quanta erva nós tirávamos, da olaria para láera um erval coisa mais linda, agora não deixam, cortam, brota e já cortam de novo e antigamente não, era do mês de julho até agosto cortavam erva. E só erva de 4 anos, antesdisso ninguém cortava, ela brotava tinha que esperar quatro anos para daí cortar de novo (LONGATO, 2013, p. 88).

As referências sobre a grande importância da erva-mate apontam até meados do século XX. O declínio da extração da erva-mate teve início com a crise de 1929, período em que chegou a representar 85% da economia paranaense.

Característica peculiar, é que essas três localidades, juntas, formavam um único espaço para a criação de animais, o que permaneceu até 2003, quando moradores da localidade do Rio do Couro se reuniram no pavilhão da Igreja São Sebastião e decidiram pelo término do criadouro, somente nesta comunidade, conforme a ata de número 35 da Associação de Agricultores, transcrita abaixo:

Aos treze dias do mês de junho de 2003, 3/7/2003, se reuniram 12 sócios da associação no pavilhão da igreja de Rio do Couro para combinarem sobre o criador, se continua o criador ou termina. Dialogando uns com os outros foi assinado concordando com a não permanência do criador. Todos assinaram, acharam por bem terminarem com o criador, assim foi decidido (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES SÃO SEBASTIÃO E SÃO FRANCISCO, 2003).

Infelizmente a brevidade da ata elaborada para fins documentais e não de registro histórico, não nos permite conhecer o teor dos diálogos e as motivações elencadas para fundamentar a decisão em questão. Todavia, podemos inferir que a decisão de modificar a forma de uso da terra e o fim do "criador" se insere num quadro amplo das pressões capitalistas para o aumento da produção, para a mecanização e uso da terra com base numa noção moderna de propriedade privada. Ou seja, para a produção e consumo de espaço de forma antagônica aos usos arcaicos dos povos tradicionais. Mas deixemos provisoriamente esse tema para um outro momento, dada sua complexidade e necessidade de aprofundamento específico.

Ao observarmos as assinaturas da ata, fica evidente a presença de pessoas descendentes de italianos nessas comunidades. Essa presença já foi destacada por pesquisadores como Claudio Luis Guimarães Marques em seu "Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná". O autor afirma que só na localidade de Faxinal do Rio do Couro o percentual de descendentes de italianos chega a 70% da população (MARQUES, 2004, p. 26). Já na localidade do Rio do Couro, o percentual também é algo bastante expressivo, com predominância numérica das famílias Maneira, Jacumasso, Aggio, Bianco, Crovador, Feltrin e Magatão.

Segundo José Maria Orreda em seu livro intitulado "Irati", os imigrantes italianos começaram a se fixar na localidade do Rio do Couro desde 1917/1918, vindos de Campo Largo (ORREDA, 1972, p. 65). Em Campo Largo, atualmente região metropolitana de Curitiba, havia um núcleo colonial de italianos fundado em 1889, chamado "Colônia Balbino Cunha" e que conforme afirma Osmar Aggio, seria dessa colônia que partiram os italianos e seus descendentes para a localidade do Rio do Couro em Irati.

Nas primeiras décadas de século XX, muitas famílias de italianos e seus descendentes, em busca de novas terras e oportunidades, migraram para o município de Irati-PR (também chamado de "Sertão" pelos moradores da Campina) e lá formaram um núcleo colonial chamado Rio do Couro (o lugar recebeu este nome devido à morte de uma anta, cujo couro foi deixado estaqueado ao lado da estrada, perto de onde o rio passa), com muitas famílias de italianos da Campina (AGGIO, 2005, p. 64).

A menção aos italianos como "fundadores" de Rio do Couro também é algo bastante comum na narrativa dos próprios moradores, como na fala de dona Magdalena: "É foram os italianos e para lá foram os Mellos, aqui no Rio do Couro os primeiros parece que eram dez moradores. Eu acho que vieram todos de Campo Largo" (BERGER, 2011). Para dona Magdalena o povoamento de Rio do Couro estaria ligado à vinda dos "italianos" de Campo Largo, formando um grupo com aproximadamente dez moradores. Já o povoamento da localidade de Faxinal dos Mellos, estaria relacionado com a presença da família Mello.

Outra narrativa que converge com a de dona Magdalena é de Joanim Longato, morador da localidade de Faxinal do Rio do Couro. Segundo Longato, "quando vieram os primeiros, aqui os italianos: Longato, Fracaro, Maneira, porque era matão quando os primeiros vieram. Os italianos vieram de Campo Largo porque quando eles vieram da Itália eles se acamparam em Campo Largo, daí de lá que começaram a vir para cá" (LONGATO, 2013).

Nas duas entrevistas realizadas e mencionadas acima, as localidades de Faxinal do Rio do Couro e Rio do Couro teriam sido "fundadas" pelos italianos e seus descendentes. Já Faxinal dos Mellos teria sido fundada pela família Mello e, ao que parece, recebeu a própria denominação do sobrenome desse grupo.

Narrativa semelhante sobre a fundação das comunidades pode ser observada em 1984 por Horácio Martins de Carvalho. O autor defende a ideia de que teriam sido italianos vindos de Campo Largo, mais precisamente as famílias Aggio, Fracaro e Campanharo, juntamente com a família Mello, que formaram um espaço comum para a criação de animais entre os anos de 1912 e 1914 (CARVALHO, 1984). Carvalho afirma que em 1910 existia um grande proprietário de terras chamado Firmino José da Rocha, o qual residia em Ponta Grossa, Paraná. Dentre as terras de sua propriedade faziam parte as que hoje constituem as localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos. Em 1910, Rocha teria vendido essas terras para Antonio Vieira de Mello, morador do município de Lapa, também no Estado do Paraná. Em 1912, Mello mudou-se para onde havia adquirido suas terras, mais especificamente para o Rio do Couro. Nesse período havia apenas dois moradores nessas terras, os quais segundo Carvalho possivelmente seriam posseiros. Em 1914, chegam as famílias Aggio, Fracaro e Campanharo, que seriam imigrantes italianos recém-instalados em Campo Largo, o que se repete no ano de 1918, quando uma nova leva de imigrantes italianos também se dirigiram para Rio do Couro (CARVALHO, 1984, p. 20-21).

Carvalho, a partir dessas informações, levanta a hipótese de que teriam sido essas famílias, ou seja, Mello, Aggio, Fracaro e Campanharo que organizaram o criadouro entre os anos de 1912-1914: "é provável terem sido as famílias Mello, Aggio, Fracaro e Campanharo, articuladas, as que decidiram pela organização do criador comunitário" (CARVALHO, 1984, p. 20-21).

Na narrativa do autor, podemos observar certa exaltação da participação desses quatro grupos familiares na "organização do criadouro", principalmente em relação à família Mello, na figura de Antonio Vieira de Mello.

A possibilidade efetiva do papel pioneiro, no Rio do Couro, de Antonio Vieira de Mello se deve a algumas circunstâncias objetivas. A primeira refere-se à data de sua chegada na área (1912), antes dos demais migrantes para aquela localidade. Em

seguida, pela liderança que vai exercer até sua morte em 1961. Nesse período, ou seja, de 1914 (fechamento do criador comunitário) até 1961, Antonio Vieira de Mello era o principal responsável, o líder local que manteve organizado o criador comunitário (CARVALHO, 1984, p. 22).

Antonio Vieira de Mello, aos olhos de Horácio Martins de Carvalho, além de ser um dos "mentores" do criadouro do Rio do Couro, era também um líder local, responsável em manter sua "organização". Tanto, que o autor afirma que após a morte de Mello, em 1961, o criadouro começou a entrar em decadência e surgiram propostas para que seu funcionamento fosse interrompido (CARVALHO, 1984). Talvez, a exaltação de algumas famílias ou pessoas na "construção" do "criadouro do Rio do Couro" se deva às próprias entrevistas que Carvalho realizou durante sua pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com os "membros das mais distintas famílias pioneiras da localidade", que Carvalho acreditava serem as famílias Mello, Fracaro, Campanharo e Aggio. Logo, era de se esperar que essas pessoas exaltassem a participação de seus antepassados na construção do criadouro. Trata-se de uma disputa simbólica por prestígio que os sujeitos travam em suas narrativas. Memórias que tentam se afirmar e se sobressair em meio às demais. O próprio autor reconhece esses conflitos de memórias: "Os relatos dos moradores mais antigos, além das disputas subliminares de prestígio, apresentam divergências sobre os responsáveis pela iniciativa de organizar o criador comunitário" (CARVALHO, 1984, p. 20).

Jacques Le Goff em seu livro "História e Memória" nos ajuda a refletir em torno da questão da memória. Le Goff afirma que os psicanalistas e psicólogos acreditavam haver uma manipulação, consciente ou não, "que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual" (LE GOFF, 2003, p. 422). Logo, a memória configura-se enquanto uma construção, que por sua vez é moldada por determinados interesses, sejam eles grupais ou individuais. E mais ainda, a memória é alvo de disputas, lutas, conflitos.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

Ao afirmarem que suas famílias foram as responsáveis pela "gênese" do "criadouro de Rio do Couro" construía-se uma memória, ou melhor, memórias, que estavam condicionadas a determinados interesses, afetividades e desejos de cada entrevistado. No momento em que estavam sendo questionados por Horácio Martins de Carvalho esses sujeitos estavam exercendo o papel de "senhores da memória". Eram os interesses desses indivíduos que decidiam o que "fazer lembrar" e o que "fazer esquecer", o que deveria ser dito e o que deveria ser silenciado em suas narrativas.

É interessante percebermos que Horácio Martins de Carvalho, mesmo reconhecendo a existência das três localidades – Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos – construiu o conceito de "criadouro do Rio do Couro", para se referir ao espaço utilizado de forma comum pelos moradores dessas localidades para a criação de animais.

na região em apreço, genericamente conhecida como Rio do Couro, solidarizam-se quatro criadores comunitários assim denominados: Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro, Faxinal dos Mello e Faxinal. Esses quatro criadores, por mim genericamente denominado de Rio do Couro, é que abrangem aproximadamente 1.800 hectares (CARVALHO, 1984, p. 19).

Carvalho afirma a existência de mais uma localidade no "criadouro do Rio do Couro" além das três que já citamos, trata-se da localidade de "Faxinal". Acreditamos que o autor tenha se equivocado, uma vez que não tomamos conhecimento de nenhuma localidade que tenha esse nome nas proximidades e nem ao menos fez parte do "criadouro de Rio do Couro".

Ao denominar o espaço de criação de animais em comum como "criadouro do Rio do Couro", ao que parece, Carvalho destaca a localidade de Rio do Couro, como se o criadouro fosse pertencente apenas a essa localidade e as demais não tivessem participação. Ou se tivessem, estariam utilizando um espaço comum que seria pertencente à localidade de Rio do Couro. Na realização das entrevistas com os moradores dessas três localidades, observamos que o espaço comum não era denominado enquanto "criadouro do Rio do Couro", mas sim "criador". Portanto, utilizaremos como forma de nos referirmos ao criadouro formado pelas três localidades a denominação "criador", visto que é essa a forma utilizada pelos moradores.

Existia uma única cerca ao redor de todo o "criador" para impedir que os animais tivessem acesso às terras de lavoura. Essa cerca formava uma área que chegava a 1400 alqueires, segundo um de nossos entrevistados.

O faxinal era tudo junto, esse faxinal grande. O falecido tio Emílio que era inspetor de quarteirão [...] contava, que aqui Rio do Couro e Faxinal dos Mellos dava 1400 alqueires, era tudo aberto, tudo em um só, mas tinha cerca ao redor, tudo de frechame de pinheiro, cada vão era 10, 12 frechame (LONGATO, 2013).

A cerca que fora construída para demarcar o "criador" e ao mesmo tempo impedir o acesso de pequenos animais nas lavouras era chamada de "cerca de frechame": uma cerca construída com lascas de madeira, geralmente pinheiro ou imbuia, colocadas uma sobreposta a outra, formando assim, uma barreira para impedir a passagem dos animais pequenos, especialmente os porcos.

Joanim Longato fez uma descrição de como era o procedimento para a construção da cerca de "frechame", serviço que exigia tempo, por ser um trabalho braçal e sem o auxílio de muitos instrumentos.

eles [italianos] derrubavam os pinheiros, aqueles pinheiros grossos e daí partiam, numa base de dois metros, dois metros e meio, serravam a tora e partiam, faziam os frechame dessa grossura, assim tiravam aquelas lascas daí faziam a cerca, colocavam dois palanques e daí colocava os frechames dentro assim para fazer as cercas. A cerca era de mais ou menos 1,30 de altura, porco não passava de jeito nenhum porque era tudo fechado (LONGATO, 2013).

A cerca era um elemento de grande importância na organização dos faxinais, pois impedia que os animais tivessem acesso às lavouras, dessa forma sua conservação era algo prioritário entre os moradores. Após a construção das cercas, cada família que usufruía do criador, ficava responsável pela conservação de um determinado perímetro da cerca. A quantidade de metros que

cada unidade familiar cuidaria teria variado com o passar do tempo. Horácio Martins de Carvalho afirma que, em 1914, a quantidade de cercas a serem cuidadas por cada família passava de 1000 (mil) lanços¹, sendo que apenas quatro famílias eram as responsáveis em conservar as cercas, no início do criador. Segundo o autor, a distribuição era feita da seguinte forma: as famílias Mello, Aggio e Campanharo seriam responsáveis por 3000 lanços cada uma, já a Fracaro, por 4000 (CARVALHO, 1984, p. 23).

Nos dados apontados por Carvalho, pode-se perceber uma diferença da quantidade de lanços que eram cuidados pela família Fracaro. Talvez, essa desigualdade esteja relacionada à quantidade de terras que cada família possuía, pois conforme apontou Chang, as cercas eram divididas conforme a quantidade de terras possuídas.

Quanto à propriedade das cercas, convém lembrar que as cercas são divididas proporcionalmente à área de terra que cada proprietário possui. Cada proprietário contribui com o material necessário para a confecção do trecho de cerca de sua responsabilidade, sendo que os não-proprietários contribuem apenas em serviço na construção e na manutenção das cercas de outros proprietários. Nesse sentido, após a divisão [sic] dos lanços para cada proprietário, as cercas passam a ser propriedades privadas de seus respectivos donos (CHANG, 1988, p. 43).

Talvez, o maior número de lanços que a família Fracaro deveria cuidar estivesse relacionado com uma maior quantidade de terras que possuíam. Ao que tudo indica, a quantidade de "lanços" que cada família cuidava foi diminuindo no correr dos anos. Se no início do criador ultrapassavam 3000 lanços para cada grupo familiar, algumas décadas depois esse número já havia diminuído consideravelmente, conforme nos relatou dona Magdalena Berger.

quando vieram os moradores fizeram não sei quantos lanços de cerca e ainda era com frechame, que aquele tempo eles partiam, faziam de frechame [...] nós aqui tínhamos 150 ou 200 lanços que nós cuidávamos com o papai e daí depois que ficou para nós, daí quando abriram o criador daí fizeram só de arame (BERGER, 2011).

Horácio Martins de Carvalho afirma que essa diminuição ocorreu em 1970 quando houve um acordo entre os moradores, em que ficou decidido que cada família que possuísse animais no criador ficaria responsável por aproximadamente 100 lanços. Contudo, esse número poderia variar devido aos seguintes fatores:

muitos moradores apresentam dificuldade, seja financeira ou seja em força de trabalho, para cuidar de 100 lanços. A partir de cada situação individual reestabeleceu-se novos acordos permitindo um redimensionamento do número de lanços por família. Por exemplo, aquelas famílias que ficaram responsáveis por uma parte da cerca onde havia porteira ou val de rio (aumentava a dificuldade de manutenção) tiveram reduzidos os números de lanços para cuidar. Há caso, por exemplo, de família ficar com a manutenção da porteira e cuidar de val de rio (maior vigilância para evitar passagem dos animais) e apenas mais 20 lanços de cerca (CARVALHO, 1984, p. 28-29).

¹ O autor considera que a medida de cada "lanço" equivalia a 2,86 metros. Nessa proporção, o comprimento da cerca cuidada por essas quatro famílias daria um total de 37 quilômetros.

Apesar de Carvalho afirmar que a diminuição dos lanços teria ocorrido somente em 1970, não descartamos a hipótese de que isso já tenha ocorrido antes mesmo desse período. Isso porque, quando o criador foi formado existia um determinado número de famílias que cuidavam de toda a extensão da cerca. Contudo, era de se esperar que o número de famílias fosse aumentando no correr dos anos e, conseqüentemente, diminuindo a quantidade de lanços para cada grupo familiar cuidar.

As normas para a construção das cercas e de sua conservação não ficavam restritas apenas ao conhecimento e às práticas dos moradores dessas comunidades, pois a própria prefeitura municipal aprovou uma lei reconhecendo essa prática e estabelecendo normas legais para sua conservação. A lei municipal, número 288 de 1964, em seu artigo 9º, estabelece:

Art. 9º – É vedado o uso do criadouro aos que não concorreram para a sua construção, podendo, todavia, ser admitido ao seu uso aquele que obtiver autorização expressa da totalidade dos proprietários das terras componentes do criadouro, sujeitando-se, ainda, a:

1º) – Contribuir com a quantia que for arbitrada, a título de participação na despesa efetuada com os tapumes.

2º) – Conservar em boa ordem o trecho de tapumes que lhe foi atribuído para esse fim (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, 1964).

A lei diz respeito às normas e responsabilidades de quem utiliza o criadouro comunitário. Nesse caso, algum tipo de contribuição financeira deveria ser feito, caso não tenha havido colaboração na forma de serviços na construção das cercas. Ainda, deveria ter a responsabilidade na conservação de determinada parte da cerca que lhe fosse incumbida. A lei determina, em seu artigo 11º, o pagamento dos danos ao dono da lavoura, caso os animais invadissem as plantações devido à má conservação das cercas do criador.

Art. 11º: Pagará os danos causados em lavoura, por animais confinados no criadouro, o responsável pela conservação do trecho de tapume cujo mau estado tenha permitido a evasão dos animais.

Parag. Único: Iguamente será responsabilizado pelos danos a pessoa que facilitar, por qualquer forma intencionalmente, a evasão dos animais confinados no criadouro (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, 1964).

O estabelecimento de uma lei, na década de 1960, discorrendo sobre as responsabilidades e possíveis punições aos que usufruíam do criador comunitário nas áreas rurais do Município de Irati, pode ter sido reflexo dos conflitos que existiam nessas áreas, principalmente, devido a entrada dos animais nas terras de planta. Em consulta ao acervo do Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade Estadual do Centro Oeste, no qual existe um fundo doado e pertencente à Prefeitura Municipal de Irati, pudemos observar que muitos moradores que se sentiam prejudicados, formalizavam suas reclamações através de ofícios destinados aos inspetores de quarteirão ou mesmo diretamente ao prefeito.

Um desses documentos, datado de 29/02/1932, foi enviado ao inspetor do quarteirão de "Iraty Velho", Zeferino José da Silva e registra o seguinte:

Levo ao seu conhecimento que, tem chegado a esta prefeitura, algumas queixas de moradores desse lugar [sic], sobre danos [sic] de animais [sic] nas plantações. Chamo sua atenção, para os dispositivos da lei, que regula as cercas das terras de

cultura e criação, esperando que o senhor resolva, a contento de todos (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, 29/02/1932).

Outro documento, registrado alguns meses após o citado acima, datado de 13/10/1932, emitido pela prefeitura, é destinado ao inspetor do quarteirão da Barra do Gavião, informando sobre denúncias recebidas pela prefeitura, de que moradores do quarteirão da Barra do Gavião, estão criando animais à solta fora do criador. Segundo o documento, essa prática era proibida, a não ser que os animais sejam criados sob o regime de confinamento. O documento, ainda solicita providências por parte do inspetor (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, 13/10/1932).

Assunto semelhante é tratado em outro ofício, esse, porém, sem data, é destinado ao inspetor de Pedra Preta:

Chegando ao conhecimento desta prefeitura diversas queixas sobre danos em plantações, recomendo-vos a maior atenção para o que dis [sic] as Posturas Municipais, sobre a conservação das cercas de criações soltas. Deveis intimar os confrontantes a terem as cercas em perfeito estado de conservação, intimando também os possuidores de criações grandes ou pequenas a trazerem as suas criações de baixo de feixo de lei (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI, SEM DATA).

Nota-se que é ponto em comum nesses documentos, o direcionamento aos inspetores de quarteirão, os quais deveriam tomar as medidas cabíveis para resolver a situação conflituosa sobre a entrada de animais nas terras de plantar. Esses três documentos indicam, que antes da prefeitura criar a lei, em 1964, os conflitos entre moradores, devido à má conservação das cercas e prejuízos causados nas plantações pelos animais, já era algo de seu conhecimento.

Essas relações conflituosas geradas nas comunidades rurais não se restringem apenas aos desentendimentos causados por prejuízos financeiros, pois outras formas de disputas, nesse caso simbólicas, também caracterizam o espaço do criador, como a disputa narrativa e de memória, sobre o pioneirismo no espaço. Entendemos que a divergência entre as narrativas está ligada às relações identitárias dos grupos que conviviam e convivem no espaço do criador.

Ao que parece a história que se quer lembrar na construção do "criadouro do Rio do Couro" se resume à vinda das famílias de italianos e seus descendentes que, juntamente com a família Mello, formaram um "grande criadouro comunitário". Mas que sujeitos são deixados à margem nessas narrativas? Que histórias foram silenciadas?

Tanto na fala dos moradores, como na própria narrativa de Carvalho, pudemos perceber que haviam outros grupos que também contribuíram na formação do "criador", mas que permaneceram "silenciados" na escrita da história. Tratam-se do grupo denominado por nossos entrevistados como "caboclos", indivíduos, que ao que tudo indica já habitavam as terras em que seria formado o "criador" antes mesmo da instalação dos italianos e da família Mello, no início do século XX.

Antes de iniciarmos nossa discussão sobre a contribuição dessas pessoas para a formação do "criador" faz-se necessário refletirmos em torno da própria denominação de "caboclo". Afinal, trata-se de um conceito e todo conceito é fruto de uma construção histórica.

Deborah de Magalhães Lima acredita haver vários usos do conceito "caboclo".

Considerando a dimensão geográfica, o caboclo é reconhecido como um dos "tipos" regionais do Brasil (cf. IBGE, 1975). Entre esses tipos gerais estão os gaúchos do Sul, as baianas da Bahia e os sertanejos do Nordeste, para citar alguns. A distinção de cada tipo regional está relacionada com a geografia, a história da colonização e as origens étnicas da população. Nesse sentido, os caboclos são reconhecidos pelos brasileiros em geral como o tipo humano característico da população rural da Amazônia. Enquanto outros tipos regionais constituem representações estereotipadas mais restritas (aparecendo em descrições gerais e no folclore, para exibir as identidades regionais), o caboclo é também uma categoria de "mistura racial" e refere-se ao filho do branco e do índio (LIMA, 1999, p. 6).

No estudo sobre os faxinais geralmente se utiliza a definição de "caboclo" como sendo uma categoria de "mistura racial" entre europeus e índios. Man Yu Chang define-os como sendo "um grupo étnico numericamente considerável na estrutura social nas localidades do tipo faxinal, são descendentes, miscigenados ou não com lusos e imigrantes europeus, dos primeiros escravos índios" (CHANG, 1988, p. 18).

Ernst Cassirer, em seu "Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana", nos ajuda a refletir em torno dessa questão de definição, ou melhor, de nomeação de determinado grupo.

A função do nome limita-se sempre a enfatizar um aspecto particular de uma coisa, e é precisamente dessa restrição e dessa limitação que depende o valor do nome. Não é função de um nome referir-se exaustivamente a uma situação concreta, mas apenas isolar um certo aspecto e deter-se nele (CASSIRER, 1994, p. 21).

Nesse sentido, nomear determinadas pessoas enquanto "caboclas" é estar exercendo uma classificação. E classificar é estar enfatizando apenas uma característica de determinado grupo ou sujeito. Ao que parece, na definição de Chang, se quer enfatizar, a característica racial desses indivíduos, que na concepção da autora seria uma "miscigenação" entre brancos e índios.

Nas entrevistas que realizamos dos moradores das localidades de Rio do Couro, Faxinal do Rio do Couro e Faxinal dos Mellos, é frequente a menção aos "caboclos". Joanim Longato afirma que quando os italianos chegaram nessa região havia um número considerável de "brasileiros", os quais eram empregados como mão-de-obra nas serrarias, sendo que antes mesmo da chegada dos italianos esses sujeitos já trabalhavam na extração da madeira das terras de faxinal.

Quando eles [italianos] vieram tinham serrarias aqui em baixo, perto daquela sanga ali, ali perto da casa do Marcelino, ali era a serraria. [...] Diziam que tinha gente que trabalhava nessas serrarias, tinha os Betz, de certo aquela caboclada, porque antigamente tinha muito brasileiro nessa região aqui do Faxinal, tinha muita caboclada (LONGATO, 2013).

Joanim Longato se refere aos "caboclos" como "brasileiros". Classificar esses sujeitos enquanto "brasileiros", pode indicar a tentativa de estabelecimento de fronteiras² que demarcam a existência de um grupo que se autodenomina "italiano", sendo que os "caboclos" ou "brasileiros" não fazem parte desse grupo, são os "outros". Na narrativa de Joanim Longato podemos observar

² A fronteira é entendida aqui não como algo geográfico, mas simbólico, fruto das práticas dos sujeitos. As fronteiras são construções históricas, portanto, são móveis, flexíveis, fluidas, deslocáveis e plásticas (CERTEAU, 1994).

claramente a divisão que o depoente faz das pessoas que ali residiam em dois grupos identitários: os "italianos" e os "brasileiros"/"caboclos".

A figura do "caboclo" parece muitas vezes ser estereotipada ou então homogeneizada. Ao se utilizar da expressão "caboclada", seu Joanim parece perceber esses sujeitos como um grupo único e homogêneo. Talvez isso se relacione à "identidade" que se construiu em torno dos "caboclos", a qual constrói esse grupo como uniforme.

Para Stuart Hall uma identidade nacional busca unificar todos os membros de um grupo, independentemente de suas diferenças em relação ao gênero, classe, raça, na tentativa de representá-los todos como uma grande família (2011, p. 59-60). Acreditamos que isso não ocorre apenas com uma "identidade nacional", mas também em escalas menores como nesse grupo formados pelos "caboclos".

Ao se referir às pessoas que não eram de descendência italiana como "caboclada", construiu-se uma "identidade" para esses sujeitos. Identidade essa que unifica, torna o grupo homogêneo. Isso, porém, não significa que esses indivíduos se reconheçam enquanto "caboclos". Haja vista, que essa "identidade" é construída por

um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo "unificadas" apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto [...] as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas (HALL, 2011, p. 62).

A identificação dos "caboclos" enquanto um grupo único e homogêneo também pode ser observada na narrativa de Newton Sponholz em seu livro "A terra e o homem no sul do Paraná: problemas e perspectivas", publicado em 1971. Sponholz, define os "caboclos" pela atividade que estes desempenhavam:

o caboclo com sua tendência para o trabalho extrativo, quer nas serrarias ou extração do mate. O caboclo sofreu o impacto do declínio destas atividades na região, pois não tem como o europeu a tradição do trabalho e do cultivo da terra e sim, o costume de extrair dádivas da natureza (SPONHOLZ, 1971, p. 39).

Sponholz em sua definição de "caboclos" enfatiza a atividade extrativista como critério a ser utilizado para definir o que seria o "caboclo". Para o autor, portanto, "o caboclo" é aquele sujeito que sobrevive somente extraíndo o que a natureza lhe oferece, ao contrário dos imigrantes europeus que tem "a tradição do trabalho e o cultivo da terra".

Apesar de se construir essa distinção entre "caboclos" e imigrantes europeus, Sponholz afirma ter havido uma "caboclicização do imigrante", que seria "o desaparecimento de muitas técnicas importadas de seu país, diante de certas condições desfavoráveis do nosso meio e a assimilação de práticas primitivas comuns entre nós: a queimada, as simpatias e outras" (1971, p. 41). Aos olhos do autor teria ocorrido uma assimilação por parte dos imigrantes europeus de práticas comuns aos "caboclos".

Contudo, acreditamos que essa "assimilação" das práticas tenha ocorrido em via de mão dupla. Ou seja, não houve somente a "caboclicização do imigrante", mas também uma "europeização"

do "caboclo". O contato entre grupos distintos faz com que as práticas de ambos se modifiquem e não de apenas um deles. Talvez isso possa ser verificado na prática de criar animais no "criador".

Carvalho afirma que quando "se iniciava na localidade do Rio do Couro a constituição do criador comunitário, ocorria a prática de criação de suínos de forma extensiva" (CARVALHO, 1984, p. 15). Provavelmente esse tipo de criação já era praticada pelos caboclos e depois foi adotada ou então reinventada pelos imigrantes italianos. É o que também afirmam outros estudiosos dos faxinais.

A criação extensiva de suínos pode ser considerada como parte da cultura faxinalense, praticada pelos caboclos e, depois, adotada pelos imigrantes europeus, principalmente, por poloneses e ucranianos. Nas regiões de mata de araucária e faxinais, a criação de pequenos animais criados às soltas, em regime de compáscuo, é de longa data (SOCHODOLAK; CAMPIGOTO, 2009, p. 195).

A participação dos caboclos na constituição dos faxinais, ou melhor, a adoção da prática "cabocla" de criação extensiva de animais pelos imigrantes, principalmente poloneses e ucranianos, também é defendida por outra pesquisadora: Cecillian Löwen Sahr. Segundo Sahr, a origem dos faxinais³ é atribuída

a uma população local que passa a fazer parte do cenário cultural da região no século XVIII: os caboclos. É esta população que desenvolve este tipo de sistema agropecuário – os faxinais – na Floresta com Araucária, paralelamente ao desenvolvimento das grandes fazendas vinculadas ao Tropeirismo na região de Campos. Quando chegam os colonos imigrantes, nos séculos XIX e XX, eles assimilam o modo de vida dos caboclos, dando origens a faxinais ucranianos e poloneses (LÖWEN SAHR, 2005, p. 6).

Acreditamos que, ao invés de uma assimilação da prática de criar animais à solta exatamente da mesma forma que era feita pelos caboclos houve uma "adaptação" dessa prática, uma "reinvenção". Carvalho afirma que a criação extensiva de suínos já era praticada antes mesmo da chegada dos migrantes italianos, mas não existia a prática do criadouro comunitário, o qual vai iniciar somente após a chegada desses imigrantes (CARVALHO, 1984, p. 15).

Houve então uma "reinvenção" da prática de criar animais, uma nova "maneira de fazer" por parte dos migrantes italianos. Afinal, os caboclos já criavam animais à solta e essa prática foi "reinventada" pelos migrantes por meio da construção de um único criadouro que poderia ser usado comunitariamente. A adoção da prática do "criador" pode ser então interpretada como resultado da contribuição de "caboclos" e migrantes, e não apenas de um desses grupos.

Por fim, para Michel de Certeau as práticas estão a todo o momento modificando e subvertendo os espaços já organizados: "as maneiras de fazer constituem mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural" (CERTEAU, 1994, p. 41). Logo, as práticas estão a todo o momento modificando e se reapropriando de lugares através de um "consumo" inventivo. Nessa perspectiva pensamos o cotidiano dos

³ Alguns autores como José Adilçom Campigoto e Aldo Nelson Bona combatem a pesquisa sobre a origem dos faxinais. Se utilizando principalmente dos apontamentos de Michel Foucault sobre a "genealogia", Campigoto e Bona afirmam que investigar as "origens" é pressupor que existe uma essência pura dos fenômenos, uma identidade primeira. As origens indicariam também uma criação original perfeitamente concebida por quem a criou. A origem guardaria uma verdade obscurecida por uma série de discursos que a sucederam. Investigar a origem dos faxinais, quem seria seu "inventor" é, portanto, algo sem muito sentido (CAMPIGOTO; BONA, 2009).

moradores do "criador" não como algo estático e sem rupturas, pelo contrário. O cotidiano também é alterado/modificado pelas práticas dos sujeitos, que o tornam fluido, maleável e com fronteiras movediças. Assim, não podemos perceber o "criador" como algo sem mudanças. Pelo contrário, as práticas dos "sujeitos ordinários", sejam eles caboclos, italianos ou de qualquer outra descendência estão a todo o momento reconfigurando os lugares e criando espaços (CERTEAU, 1994, p. 201).

Referências

- AGGIO, Osmar. *A colônia que veio do pó*. Ponta Grossa: Gráfica Planeta Ltda, 2005.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra* [Mimeo]. Curitiba, 1984.
- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CAMPIGOTO, José; BONA, Aldo Nelson. A hermenêutica na origem dos faxinais. *Revista de História Regional*, v. 14, n. 2, p. 127-153, 2009.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHANG, Man Yu. *Faxinais: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná*. Londrina: IAPAR, 1988.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LIMA, Deborah Magalhães. Construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez. 1999.
- LÖWEN SAHR, Cilian. Povos tradicionais e territórios sociais: reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária - II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *Anais...* Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005, p. 1-10.
- MANEIRA, Regiane. *Narrativas sobre a praga de gafanhotos nas localidades de Faxinal do Rio do Couro, Faxinal dos Mellos e Rio do Couro: Irati-PR, década de 1940*. 149f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, 2014.
- MARQUES, Cláudio. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná*. Relatório Técnico – Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.
- NERONE, Maria Magdalena. *Terras de plantar, terras de criar – sistema faxinal: Rebouças – 1950-1997*. 284f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista. Assis, 2000.
- ORREDA, José Maria. *Irati*. v. I. Irati: Editora Sul-Oeste do Paraná Ltda., 1972.
- SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José Adilçon. Os faxinais da região das araucárias. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oseias (Orgs.). *História agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009, p. 183-212.
- SPONHOLZ, Newton. *A terra e o homem no sul do Paraná: problemas e perspectivas*. Irati: Martins & Abib, 1971.
- TAVARES, Luis Almeida. *Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum*. 751f. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Fontes

- ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES SÃO SEBASTIÃO E SÃO FRANCISCO, Rio do Couro *Ata número 35 da reunião do dia 3 de julho de 2003*. Livro 1. Sem páginas.
- BERGER, Magdalena R. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 27/02/2011.
- LONGATO, Joanim. *Entrevista* concedida a Regiane Maneira em 10/01/2013.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Lei* n. 288. Irati, 1964.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Ofício*. Irati, 29/02/1932.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Ofício*. Irati, 13/10/1932.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI. *Ofício*. Irati, sem data.

Recebido em: set. 2018.

Aceito em: out. 2018.

Helio Sochodolak: Doutor em História Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). Professor no Programa de Pós-Graduação em História e Regiões da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: sochodo@gmail.com

Regiane Maneira: Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Santa Catarina. Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil. Docente no Ensino Fundamental e Médio na Secretaria de Educação do Estado do Paraná. E-mail: maneiraregiane@yahoo.com.br